

# COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , de 2013.  
(Do Sr. Deputado Eduardo da Fonte)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia com o objetivo de discutir a ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública para discutir a ampliação do mercado livre de energia elétrica no Brasil, com a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Edison Lobão - Ministro de Minas e Energia - MME
- Dr. Luiz Eduardo Barata Ferreira – Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
- Dr. Reginaldo Almeida de Medeiros – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel)
- Dr. Romeu Donizete Rufino – Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
- Dr. Carlos Faria – Presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – ANACE
- Sr. Luiz Fernando Vianna – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE
- Representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - PROTESTE
- Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC

## **JUSTIFICATIVA**

O mercado livre de energia elétrica no Brasil representa hoje 27% do consumo nacional. É uma participação expressiva, mas poderia ser mais do que isso face às restrições de natureza legal.

Na nossa visão, sem comprometer as exigências que devem ser observadas em relação à segurança do sistema elétrico, é perfeitamente possível não só aumentar o número de consumidores industriais ou comerciais do mercado livre, mas, também, estender os seus benefícios a outros segmentos da economia brasileira, como os próprios consumidores residenciais.

Atualmente, apenas 1.727 grandes consumidores fazem parte do grupo beneficiado pelo mercado livre de energia elétrica. Caso a legislação seja flexibilizada, mais consumidores industriais ou comerciais e residenciais poderão ser classificados como consumidores livres, fazendo com que a economia brasileira se torne mais competitiva, gerando também emprego e renda. Já existe amparo legal para que essa flexibilização ocorra por parte do Ministério de Minas e Energia.

Assim, como é atribuição desta Comissão de Minas e Energia discutir as grandes questões nacionais setoriais, encaminho o presente requerimento, para apreciação dos Senhores Deputados.

Sala das Comissões, em        maio de 2013.

**Deputado Eduardo da Fonte**